



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 158/2021 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 12 de novembro de 2021

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 01

Ref.: Concorrência nº 010/2021 - DECOMP/DA

Obj.: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa especializada para a execução dos serviços de requalificação urbana, incluindo execução de obras de drenagem pluvial, lagoa de retenção, pavimentação, sinalização, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, calçadas e estacionamentos públicos do Setor de Oficinas Sul - SOF SUL, Região Administrativa do Guará (RA-X), devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

I – DA INTRODUÇÃO

O presente procedimento licitatório tem como escopo a contratação, pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa especializada para a execução dos serviços de requalificação urbana, incluindo execução de obras de drenagem pluvial, lagoa de retenção, pavimentação, sinalização, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, calçadas e estacionamentos públicos do Setor de Oficinas Sul - SOF SUL, Região Administrativa do Guará (RA-X).

O edital para o referido certame foi publicado no dia 14 de outubro de 2021 no DODF e no dia 15 de outubro de 2021 no Jornal de Brasília.

No dia 10 de novembro de 2021, às 16:00, foi apresentado o presente pedido de esclarecimento, encaminhado via correspondência eletrônica (Doc.SEI/GDF nº 73906919).

II – DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

III – DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

Em seu questionamento, a empresa XXXX requer que sobre a URE – unidade de recebimento de entulho – incida o BDI de serviço, uma vez que se trata de prestação de serviço e não de tributo.

É o breve relatório.

IV - DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Conforme demonstrado no tópico anterior, a Requerente apresenta pedido para que seja corrigida a suposta incorreção quanto à ausência de BDI sobre a URE.

Considerando o teor eminentemente técnico dos questionamentos, os autos foram encaminhados à SODF para análise e parecer.

Em resposta, a CIAT elaborou o Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT (Doc.SEI/GDF nº 74068896), no seguinte sentido:

“(…)

RESPOSTA: O entendimento não está correto pois não se trata de serviço, trata-se de mero tributo decorrente de legislação ambiental. No que concerne às remunerações desses impostos a SUAG já se manifestou quanto ao tema no Despacho SODF/SUAG (67712678): "que as retenções e recolhimentos realizados no âmbito desta Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura obedecem à Lei Complementar 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências; o Decreto 25.508/2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; e o Decreto 34.063/2012 que fixa critérios para atribuir à contribuinte a condição de substituto tributário em operações com os produtos constantes no Caderno I do Anexo IV do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997. No exercício dessa atribuição legal, constata-se que não cabe à Contratante, nessa qualidade, proceder à restituição ou ao ressarcimento de eventual tributo incidente sobre o valor submetido a pagamento que se entenda devido ou não, notadamente porque o Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO - não é apto a promover eventual decote da base de cálculo sobre a qual deveria ou não incidir os tributos em referência. Vale acrescentar que a Resolução nº. 14, de 15 de setembro de 2016, da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, ADASA, estabeleceu os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil. Caso haja questionamentos quanto a incidência tributária sobre tais valores, eles devem ser manejados diretamente à autoridade tributária correspondente, mediante consulta, que terá o condão de dirimir a questão." diretamente à autoridade tributária correspondente, mediante consulta, que terá o condão de dirimir a questão."

Trata-se de preço público obrigatório quantificado de acordo com os resíduos gerados em obra em que já estão devidamente remunerados com o BDI de outras atividades inerentes ao processo de destinação, ou seja, a carga e o transporte até a URE. Assim sendo, às remunerações dos serviços em si já estão devidamente aplicadas o BDI, tratando-se do pagamento da URE mera atividade administrativa já contemplada também na administração local da obra."

Como se vê, a referida resposta da área técnica demandante abrange, completamente, os esclarecimentos da Requerente, motivo pelo qual não são necessárias maiores ilações sobre o assunto, restando demonstrado que a presente impugnação não merece provimento

V - CONCLUSÃO

Sendo essas as informações, consideramos que a Requerente não logrou êxito em demonstrar qualquer incorreção aos termos do Edital ou do Projeto Básico, motivo pelo qual a presente impugnação não merece provimento.

A presente resposta ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).

Ladércio Brito Santos Filho

Chefe do DECOMP/DA



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 12/11/2021, às 17:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **74079294** código CRC= **9E86C1FE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF